artigo de revisão

OS FARÓIS DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil

Elisabeth Adriana Dudziak[*]

Resumo

Apresenta e rever as recomendações feitas durante o encontro de especialistas em competência em informação (information literacy) ocorrido na cidade de Alexandria, Egito, no final de 2005 e, à luz dessas informações, analisar a situação brasileira. Explora a questão da internacionalização e institucionalização da competência em informação e do aprendizado ao longo da vida (lifelong learning) como fatores essenciais ao desenvolvimento das nações. Os Faróis da Sociedade de Informação traduzem a visão e os conceitos envolvidos. No Brasil, as ações em torno do assunto ainda não experimentam consensos. Os desafios a serem enfrentados incluem: descobrir formas de fomentar e disseminar apropriadamente o conhecimento nacional e local, avançar nas discussões e aprofundamento do tema, descobrir alternativas nacionais e locais de difusão de práticas de informação que abranjam distintos grupos profissionais e populações, superar lacunas estruturais de desenvolvimento. Por ser um assunto que permeia todo e qualquer processo de aprendizado, investigação, criação, resolução de problemas e tomada de decisão, a competência em informação transbordou as fronteiras da biblioteconomia e transformou-se em um movimento transdisciplinar mundial, ainda que sob a égide de distintas denominações e ênfases.

Palavras-chave COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - BRASIL

[*] Doutora em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP. Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Bacharel em Biblioteconomia pela Escola de Comunicações e Artes da USP. E-mail: elisabeth.dudziak@poli.usp.br

1 Introdução

Ao longo da evolução dos estudos sobre a competência em informação muitos foram os consensos e alguns dissensos que ainda criam alguma polêmica. Hoje, as pesquisas em torno do tema encontram-se em um estágio de maturação que extrapolou a idéia inicial de conjunto de habilidades preconizado nos anos 80 e 90 pela *American Library Association* – ALA (1989; 1998) e avançou em direção a um entendimento mais dinâmico e complexo, voltado ao pleno desenvolvimento do indivíduo alfabetizado.

Entretanto, a legitimação da competência em informação como movimento de abrangência mundial é ainda um desafio para os países em desenvolvimento, principalmente para o Brasil, que ainda luta contra o analfabetismo. Disto deriva a importância do aprofundamento dos estudos teóricos, das intervenções sociais e educacionais implementadas através de práticas distintas direcionadas às necessidades de cada nação e grupo social.

Promovendo a ligação entre a teoria (abstrações) e a prática (apropriação), a dimensão política do movimento em torno da

competência em informação deve ocupar-se antes de tudo da articulação entre atores e da disseminação de conhecimentos e metodologias de ação, promovendo estruturações dentro de determinados contextos culturais, a partir de um amplo processo de institucionalização.

Em países como os Estados Unidos, Austrália e Inglaterra, esse processo está bem consolidado. Dedicados ao tema, existe um conjunto historicamente consolidado de instituições, profissionais, estudos e pesquisas. Exemplos disso são os sites dedicados ao assunto. Se em 1998 os *sites* recuperados através do mecanismo de busca Altavista (http://www.altavista.com) não chegava a 10.000, hoje são mais de 1.750.000 (utilizando apenas a expressão *information literacy*).

No Brasil, utilizando o mecanismo de busca *Google* (www.google.com.br), com as expressões "information literacy" OR "competência informacional" foram encontradas aproximadamente 13.500 ocorrências (dados de outubro de 2007), número surpreendente quando se observa que o tema passou a ser estudado no Brasil apenas em 2000 (DUDZIAK; GABRIEL; VILLELA, 2000). Por isso mesmo, o país ainda está distante de consolidar a institucionalização do movimento.

Considerando essa realidade, além de discutir a difusão do tema e sua internacionalização (BISHOP, 2003; BUNDY, 2002; DUDZIAK, 2006, 2007; LAU, 2007; PASADAS UREÑA, 2003; RADER, 2002), há que se observar os contextos e trajetórias particulares, bem como os processos regionais e nacionais. Isso é necessário uma vez que não é possível aplicar os marcos de referência conceitual, político e instrumental internacionais a realidades específicas, sem que tenha havido antes um processo de reflexão e apropriação por parte das comunidades locais. Apesar disso, existem metas comuns a diversos países.

Ponderemos os desafios enfrentados por todas as nações, inclusive o Brasil: a busca por um desenvolvimento pleno; a necessidade de se construir uma sociedade equânime e inclusiva; a priorização do acesso democrático à informação, baseada em uma educação que conduz à formação de indivíduos emancipados; o direito à comunicação e ao exercício integral da cidadania; a busca pelo desenvolvimento sustentável como fator de promoção da qualidade de vida das populações, o avanço econômico e a preservação do meio ambiente.

Diante desse quadro, a premissa fundamental deste trabalho é entender a competência em informação (baseada no aprendizado ao longo da vida) como elemento essencial à construção e fortalecimento das identidades locais, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável das nações (DUDZIAK, 2007a).

Nesse sentido, define-se a competência em informação como a mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes direcionada ao processo construtivo de significados a partir da informação, do conhecimento e do aprendizado (DUDZIAK, 2001). Diferentes dimensões passam a ser consideradas: a dimensão das habilidades informacionais alcançadas pelo treino; a dimensão cognitiva de construção do conhecimento apropriação de conteúdos e processo reflexivo; e a dimensão das atitudes e dos valores, que diz respeito à construção dos aspectos críticos, políticos e éticos da ação dos homens (DUDZIAK, 2006).

2 Os faróis da sociedade de informação

Historicamente descrita como um conjunto de habilidades relacionado ao domínio do universo informacional (IFLA, 1998), a competência em informação tem assumido distintas formas e não existe, até o momento, um consenso sobre seu significado. Inegavelmente, a competência em informação surgiu como conceito ligado à Sociedade de Informação. Como prática, desenvolveu-se inicialmente no escopo da atividade bibliotecária, ligada originalmente ao processo de educação de usuários de bibliotecas e à orientação bibliográfica.

Hoje é um tema que tem mobilizado profissionais os mais variados: bibliotecários, professores, administradores, educadores, pedagogos, jornalistas, políticos, médicos, engenheiros, etc. Por ser um assunto que permeia todo e qualquer processo de aprendizado, investigação, criação, resolução de problemas e tomada de decisão, a competência em informação transbordou as fronteiras da biblioteconomia e transformou-se em um movimento transdisciplinar mundial, ainda que sob a égide

de distintas denominações e ênfases (DUDZIAK, 2001).

Apesar dos avanços significativos na última década, persistem algumas barreiras que impedem sua ampla disseminação:

- falta de compreensão do conceito;
- fragmentação de iniciativas e interesses;
- terminologia e abrangência não uniformes;
- institucionalização do tema ainda é precária;
- carência de estudos teóricos, metodológicos e práticos mais aprofundados e abrangentes;
- sub-utilização do conceito;
- subestimação de sua importância por parte dos bibliotecários, profissionais da informação, educadores e administradores, e
- carência de ações sistêmicas.

Durante o Colóquio de Altos Especialistas em Competência em Informação e Aprendizado ao Longo da Vida (*High Level Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning*), alguns passos importantes e positivos foram dados. O encontro ocorreu em novembro de 2005, na Biblioteca de Alexandria, Egito, contando com 30 participantes de 17 países, representando as seis maiores regiões geográficas do mundo. Os especialistas se reuniram para avaliar o progresso dos estudos sobre o tema e as oportunidades de implementação de ações sistêmicas de difusão do movimento (HIGH-LEVEL, 2006). O evento deu-se em continuidade ao encontro de especialistas ocorrido anteriormente na cidade de Praga, República Tcheca (NCLIS, 2003).

Um dos resultados do encontro de Alexandria foi a Proclamação *"Os Faróis da Sociedade de Informação" - The Alexandria Proclamation 'Beacons of the Information Society'* (FARÓIS, 2005), um documento que demonstrou a importância da inclusão social, do desenvolvimento sócio-econômico e da promoção do bem estar das pessoas pelo desenvolvimento de políticas, programas e projetos de competência em informação (ou competência informacional) e aprendizado ao longo da vida, requisitos considerados fundamentais ao trabalho e à vida.

Na Proclamação de Alexandria, a competência em informação e o aprendizado ao longo da vida são "os faróis da Sociedade da Informação, iluminando os caminhos para o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade" (FARÓIS, 2005). Ainda segundo este documento, a competência informacional abrange as competências para reconhecer as necessidades informacionais e localizar, avaliar, aplicar e criar informação dentro de contextos culturais e sociais.

Como conseqüência, é preciso preparar ações e traçar estratégias regionais e mundiais de difusão e institucionalização do tema que, no entendimento traçado durante o Colóquio, tem referência com a organização de encontros regionais e temáticos, desenvolvimento de programas educacionais direcionados a bibliotecários e demais profissionais da informação, inclusão da competência em informação nos currículos da educação básica e também na educação continuada (HIGH-LEVEL, 2006). Durante o encontro, duas vertentes foram desenvolvidas simultaneamente:

- as perspectivas regionais, que aglutinaram países em seções - seis regiões: Europa, África do Norte e Meio Oeste, África sub-Sahariana, Ásia e Oceania, América Latina e Caribe, e América do Norte;
- os distintos eixos temáticos: competência informacional para o desenvolvimento econômico, para a saúde e serviços, para a governança e cidadania, e competência informacional para a educação. Cada eixo temático foi desenvolvido pelos grupos de trabalho regionais e líderes previamente escolhidos (HIGH-LEVEL, 2006).

A seguir, cada um dos eixos temáticos será apresentado e discutido, a partir de uma análise da realidade brasileira.

2.1 Competência informacional para o desenvolvimento econômico

Duas forças norteiam este eixo: a competência em informação como fator de desenvolvimento e o desenvolvimento como fator de estímulo à competência em informação. Como fator de desenvolvimento, a competência em informação está relacionada à capacidade construída pelos sujeitos de resolução de

situações-problema, proposta de soluções ou criação de projetos e processos inovadores. Como resultado do desenvolvimento, a competência informacional se realiza à medida que são oferecidas oportunidades de aprendizado, evolução pessoal e social. Nesse sentido, o governo tem grande responsabilidade em sua promoção junto aos cidadãos, articulando e definindo políticas públicas (HIGH-LEVEL, 2006).

Observando que o Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (UNDP, 2007), os especialistas (em particular o Prof. Abdelaziz Abid - UNESCO) sugerem a inclusão da competência em informação como índice a ser computado no relatório anual de desenvolvimento humano (HIGH-LEVEL, 2006, p. 50).

Os grupos a serem focalizados para que haja uma real mudança são os formadores de opinião, *stakeholders*, o governo, entidades de negócios, instituições, produtores e provedores de informação, associações industriais e comerciais, pequenas e médias empresas, trabalhadores autônomos, consumidores, além das organizações não governamentais. Desta forma, as recomendações de atuação nesse eixo temático referem-se:

- *Ao provimento da necessária infraestrutura tecnológica de informação e comunicação,* fundamental ao desenvolvimento de qualquer nação.
- *À promoção da transparência de processos em organizações empresariais e governamentais*, baseada na ampla disponibilização e acesso a conjuntos integrados de informações.
- *À necessidade de instituir reformas educacionais que privilegiem o aprendizado ao longo da vida e a mobilização de competências informacionais*, definidos como fatores promotores de desenvolvimento estratégico das nações e diferenciais de competitividade. A competência em informação pressupõe a existência de indivíduos alfabetizados. A alfabetização funcional (definida como a capacidade de utilização da leitura e da escrita em situações cotidianas, domésticos ou de trabalho) e a alfabetização digital seriam, portanto, pré-requisitos ao desenvolvimento.
- *Ao desenvolvimento de programas de treinamento e educação continuada específica de grupos de profissionais* e o atendimento de suas necessidades particulares de aprendizado e informação deve ser definido como prioridade. Fomento à qualidade e normalização de processos são outras vertentes relacionadas à competência em informação. É essencial a qualquer prática profissional no que se refere à leitura e entendimento de documentos, fluxogramas, registros, intervenções (HIGH LEVEL, 2006).

Aplicando-se este direcionamento à realidade brasileira, observa-se ainda certo distanciamento dos objetivos propostos. O provimento da necessária infraestrutura tecnológica de informação e comunicação é uma meta nacional em constante aprimoramento realizado prioritariamente através da Rede Nacional de Pesquisas (RNP) do Ministério da Ciência e Tecnologia, que hoje já integra boa parte do território brasileiro.

Porém, em meio aos incentivos e programas nacionais relacionados ao fomento da inclusão digital de brasileiros e brasileiras, o uso de computadores ainda é restrito a 25% da população, concentrado essencialmente nas áreas urbanas. Em 2003 eram 12 milhões sem acesso sequer à energia elétrica (BRASIL.MPOG, 2006). Segundo dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil – NIC – 54,35% da população nunca usou um computador, e 66,68% da população brasileira nunca acessou a internet (NIC, 2006). Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em conjunto com o Ministério da Cultura apontam a TV aberta como principal veículo de comunicação, encontrada em pelo menos 95,2% dos municípios brasileiros. O rádio ainda é importante e seu uso tende a crescer por conta da proliferação das rádios comunitárias. A comunicação é desigual no país e "a vasta maioria dos municípios brasileiros está subordinada a um regime de informação televisivo de mão única" (OBSERVATÓRIO, 2007).

É preciso considerar ainda que estamos frente a uma realidade onde cerca de 52,5 milhões de brasileiros são considerados pobres, vivendo em domicílios com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo. 19,8 milhões de pessoas são consideradas muito pobres e mesmo indigentes pois vivem em domicílios com renda per capita inferior a 1/4 salário mínimo, o que perfaz 11,3% da população. A desigualdade na distribuição de

renda é elevada: 1% dos brasileiros mais ricos se apropriam de parcela da renda total semelhante àquela detida por 50% dos mais pobres (BRASIL. MPOG, 2006).

Enquanto isso, o movimento em torno da transparência das organizações governamentais está apenas se iniciando, mas já mostra sinais de adesão. Também é verdade que o estímulo à qualidade e à normalização de processos encontra-se em franca expansão no país, principalmente em função do direcionamento à internacionalização das transações comerciais, fator positivo de desenvolvimento.

A educação e o treinamento continuados, ainda que se disseminem dia a dia como práticas de atualização profissional, são movimentos capitaneados predominantemente pela iniciativa privada, o que tem restringido sua abrangência e impacto sócio-econômico. Nesse sentido, observa-se que o país enfrenta mais do que nunca o desafio da coordenação política [1] voltada para as ações de longo prazo, posto que o tempo de trabalho e a idade da população tem aumentado.

Apesar do alto impacto sócio-econômico gerado pelas ações direcionadas à promoção da educação, ciência, tecnologia e inovação, no Brasil as políticas públicas em C&T sempre se pautaram pela fragmentação e descontinuidade. Isso ocorre porque, no plano macro, o país ainda é marcado pela instabilidade econômica, regulatória e institucional, além de ser carente em termos de estratégias e políticas de longo prazo (ANPEI, 2004). Os gargalos que dificultam o desenvolvimento são de ordem informacional mas sobretudo comunicacional. Encontram-se nas redes sociais fracas, na falta de empreendedorismo, na baixa demanda de inovação por parte do setor privado, insuficiente interação universidade-indústria, dificuldades nas negociações contratuais entre setor público e privado, ineficiência de intermediários, falta de clareza nas metas. Desde 2001 o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que era da ordem de 1,1% do PIB (2001), vem decaindo. Hoje corresponde a 0,92% do PIB (2004). Entre ministérios, a articulação também é baixa, resultando em ações paralelas e, por vezes, sobrepostas. Apenas algumas ações interministeriais foram recentemente propostas (DUDZIAK, 2007b).

1 Segundo Caldas (2005), prevalece a concepção de *politics* (política de partido), em detrimento da *policy* (formulação de políticas, que exige planejamento de médio e longo prazos).

Tais problemas suscitam questionamentos sobre que classe de intervenção política seria necessária para impulsionar a mudança: incentivos fiscais, reforma tributária, reforma regulatória, novos critérios de alocação de fundos, mudanças na avaliação da pesquisa acadêmica, re-orientação das empresas e universidades, inovação governamental e reforma institucional, etc. Mais do que tudo isso, observa-se que o paradigma subjacente às atividades sócio-econômicas e políticas no país expressa uma aproximação sistêmica de caráter evolucionista darwiniano, ou seja, a exemplo dos ecossistemas e suas populações, a sociedade brasileira estrutura-se eminentemente sobre a competitividade, a lei do mais forte. Dentro desta lógica, a sociedade evolui a partir de mecanismos de seleção e variedade, seguindo uma racionalidade técnica e capitalista. Esta visão acirra as lacunas sócio-econômicas e, por conseqüência, aprofunda-se, em um círculo vicioso, o fosso econômico, educacional, de saúde, de cidadania entre incluídos e excluídos no sistema (DUDZIAK, 2007b).

Desta maneira, embora positivo, o estímulo à competência em informação não encontra o devido eco no atual contexto político nacional, especialmente por causa da natureza mais imediatista e desarticulada das políticas governamentais e empresariais adotadas. É preciso disseminar o conceito e as práticas, com o apoio de intervenções políticas direcionadas à cultura da informação.

2.2 Competência informacional para a saúde e serviços

A manutenção da qualidade de vida e os cuidados com a saúde e serviços relacionados são hoje considerados direitos humanos universais e, nesse sentido, a competência em informação na saúde é essencial. Todos os cidadãos têm direito ao acesso às informações que são relevantes à sua saúde e à saúde de seus familiares e comunidades. Particularmente, os especialistas recomendam atenção às mães, crianças, e grupos com necessidades especiais, e a garantia de preservação de seus direitos de acesso à informação de tratamento e saúde. A competência em informação na saúde também é denominada alfabetização para a saúde (MSH, 2006). Nesse sentido, durante o Colóquio foram referendadas as seguintes ações:

- *Todas as nações devem envidar esforços no sentido de prover as populações com a necessária infraestrutura de informações sobre saúde e cuidados*, incluindo o provisionamento de cursos, publicações, documentos, sites, centros de informação e intervenções que estimulem a competência informacional em saúde de todos os cidadãos. Parcerias que envolvam a distribuição integrada de informações de saúde devem ser estimuladas, incluindo o uso de meios de comunicação como o rádio, televisão, jornais, revistas, serviços de saúde por telefone e internet.
- *Especial atenção deve ser dada às necessidades de pessoas jovens, mulheres, homens, idosos, e grupos vulneráveis* tais como deficientes, imigrantes, desempregados e todos aqueles com necessidades especiais, alocados em ocupações perigosas ou que oferecem riscos à saúde. Ao lidar com os pacientes, os profissionais de saúde devem considerar as particularidades relativas a sexo, convicções religiosas, diferenças culturais, entre outros fatores. Acima de tudo deve estar o respeito à dignidade humana.
- *É necessário desenvolver nas crianças e adultos o reconhecimento da relação entre ambiente, suas próprias ações e sua saúde*, a fim de encorajá-los e empoderá-los para que possam assumir a responsabilidade sobre sua própria saúde e bem estar. Noções de nutrição, alimentação e desenvolvimento de hábitos saudáveis de saúde devem ser estimulados.
- *É preciso estimular a elaboração de perguntas, o questionamento de tratamentos e recomendações médicas*, assim como pacientes e acompanhantes devem ser estimulados a investigar e conhecer tratamentos e cuidados de saúde, incluindo o conhecimento sobre seus direitos e a existência de grupos de ajuda.
- *Reconhecer a importância do diagnóstico baseado em evidências* e, assim, reconhecer a importância da competência informacional como fator chave de busca, coleta, organização e uso de informações sobre saúde e a implementação de tratamentos e atuação médica e de enfermagem. Deve ser inserida no currículo desses profissionais (HIGH-LEVEL, 2006).

Aplicando-se os marcos sugeridos à realidade brasileira, observa-se que o país está longe de possuir um sistema integrado de informações de saúde capaz de ser apropriado pela população. Existem, entretanto, diversos programas governamentais na área: farmácia popular, Brasil sorridente, saúde da família, combate à dengue e gripe, ações contra a AIDS. Segundo o Ministério da Saúde, a "criação de ambientes favoráveis, o desenvolvimento de habilidades pessoais e empoderamento, a mobilização e a participação social têm papel fundamental para tornar a população brasileira mais saudável" (BRASIL.MS, 2007). Nesse sentido, a gestão estratégica e participativa do Ministério da Saúde está direcionada às ações educativas de alimentação e nutrição nos municípios (BRASIL. MS, 2007). A promoção de práticas alimentares saudáveis é uma diretriz da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN e eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS. Além disso, a Cartilha de direitos dos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) é potencial ferramenta informacional que tanto orienta a saúde quanto o exercício da cidadania (BRASIL.MS, 2006a).

Entretanto, apesar das diretrizes apresentadas, no que se refere ao atendimento das populações, dificuldades relativas à disponibilidade de médicos e encaminhamentos de serviços públicos de saúde ainda são questões que exercem impacto negativo sobre as populações. Além das fortes desigualdades regionais, intra-regionais e locais, há uma inadequada distribuição de equipamentos e profissionais. A situação nacional é reflexo também das desigualdades de renda e demais iniqüidades sociais. A mortalidade infantil, principal fator de expressão das condições de acesso à informação e ao atendimento de saúde e qualidade de vida, é de 22,5 crianças em mil (BRASIL.MS, 2006b). A associação entre o quadro de desigualdade social e mortalidade se dá a partir da ocorrência de problemas neonatais e doenças há muito conhecidas como a tuberculose, malária, dengue, etc. Sobretudo, são problemas de ordem informacional que necessitam ser superados a partir de ações informacionais e educacionais amplificadas. O país está muito distante da realidade recomendada pelo grupo de especialistas, justamente devido à ausência de sistemas de informações integrados a ações

estruturais de desenvolvimento. Apesar disso, software livre brasileiro para medicina é destaque internacional. A Telemedicina é recurso informacional e tecnológico que tem encurtado a distância entre a detecção da enfermidade e seu adequado tratamento.

Enquanto o setor público investe em cuidados de baixo custo e complexidade, o setor privado se especializa em serviços de média e alta complexidade direcionada aos clientes dos planos de saúde privados. Entre a população com menor renda, a busca pelos serviços públicos de saúde é maior e encontra-se direcionada ao tratamento das enfermidades, enquanto que entre a população de renda maior, a opção é pela rede privada de saúde, tendo como foco a prevenção e o diagnóstico precoce de doenças baseado em evidências (BRASIL.MS, 2006b).

Por conseqüência, o apregoado empoderamento das populações está restrito à esfera do conhecimento de direitos da saúde, mas não garante por si só o acesso aos serviços de saúde e a promoção da qualidade de vida e do saneamento básico, atividades relacionadas ao provimento da infraestrutura necessária à saúde e que expõem um quadro de exclusão em saúde.

Observa-se que as recomendações feitas pelo grupo de especialistas em competência em informação estabelecem um ponto de vista de primeiro mundo no tratamento das questões de saúde, pressupondo uma consciência e conhecimentos somente acessíveis no Brasil a uma camada pequena e privilegiada da população. Existe uma dissonância básica. Enquanto lidamos com questões básicas de sobrevivência simples relativa a quadros endêmicos de fome, desnutrição e falta de saneamento mais elementar, as diretrizes de construção da competência informacional em saúde preconizadas pelo grupo estão direcionadas a níveis de abstração, transcendência e apropriação da informação somente acessíveis a populações que já superaram as necessidades essenciais e se encontram em um patamar de satisfação de necessidades superiores de atendimento de saúde.

2.3 Competência informacional para a governança e cidadania

O objetivo do eixo temático da governança e cidadania é promover o empoderamento das pessoas, estimulando-as a participar ativamente do controle de suas próprias vidas, na governança de grupos e ações de cidadania, respeitando a diversidade cultural. Reafirmam os especialistas que a competência em informação é um direito universal, sendo essencial à resolução de problemas, à elaboração de projetos na vida cotidiana das pessoas, e à participação efetiva na sociedade. Observam ainda as dificuldades relativas ao acesso à informação e o direito de comunicação existentes principalmente nos países menos desenvolvidos, onde os direitos humanos são freqüentemente ignorados (HIGH-LEVEL, 2006).

Relacionada à cidadania, a competência em informação vai muito além da busca, organização e uso das informações pois significa saber o porquê do uso de determinada informação, considerando implicações ideológicas, políticas e ambientais. Observa-se uma ligação inerente ao desenvolvimento sustentável e suas dimensões de sustentabilidade social, cultural, ecológica e econômica. O comportamento reflexivo está direcionado a uma atuação crítica sobre a realidade, em termos individuais e coletivos (DUDZIAK, 2006). Nesse sentido, as recomendações referem-se à:

- *Promoção da cultura de informação* a partir da criação de conselhos e entidades promotoras que estimulem e garantam o direito de acesso à informação e liberdade de expressão dos povos e comunidades, respeitados os preceitos de cidadania e diversidade cultural.
- *Criação de programas sociais e educacionais capazes de formar cidadãos autônomos e emancipados*, participantes da sociedade, promovendo sua empregabilidade e atuação política responsável, tomando por base a competência informacional. Inclui ainda as ações relativas à implementação de programas de alfabetização familiar, alfabetização econômica popular, alfabetização solidária (BRASIL, 2006), e alfabetização ecológica (CAPRA, 2007), direcionadas a comunidades rurais e/ou urbanas. Busca ainda encorajar as pessoas no uso de bibliotecas, no desenvolvimento de hábitos de leitura, comunicação e atualização constante (DESMOND, 2004; FROW, 2006). É preciso ainda implementar ações que fomentem a alfabetização funcional mas, principalmente, a

alfabetização crítica (definida com base nos estudos de Paulo Freire).

- *Encorajamento de ações governamentais, empresariais e educacionais de disponibilização de informações de domínio público*, criação e manutenção de repositórios informacionais de livre acesso, bibliotecas e conteúdos digitais. Garantia de acesso a serviços públicos, *e-government, e-legislação, e-learning* e outras iniciativas devem ser valorizadas (HORTON, 2002). Reitera-se a necessidade de promover o livre acesso à informação e comunicação. A competência informacional é considerada instrumento de democracia e participação pública (HIGH-LEVEL, 2006).

Com relação ao Brasil, o aumento da consciência crítica da sociedade brasileira certamente está ligada aos meios de comunicação e informação, que têm permitido maior acesso à informação. O movimento pela transparência nas organizações também tem contribuído. Certo despertar de consciência cidadã, direcionada à denúncia e investigação das ações de corrupção e diminuição da impunidade, pode ser sentido.

Por outro lado, a ampla disponibilização e acesso a conjuntos organizados e integrados de informações ainda não constitui uma realidade nacional. Vivenciamos descontinuidades informacionais e descontinuidades de programas informacionais. Mesmo as iniciativas levadas a cabo por organizações não governamentais têm privilegiado um tipo de competência informacional que está muito mais focado na construção de habilidades digitais. A proliferação de telecentros e infocentros nas metrópoles evidencia concentração de esforços nos centros urbanos, em detrimento de ações sistêmicas extensíveis à zona rural. Evidencia também o uso prioritário de mecanismos de comunicação e educação em massa.

Concernentes ao paradigma assistencialista e instrumental, as ações governamentais até o final dos anos 90 se concentraram no modelo de inclusão digital que mobilizava habilidades e técnicas relativas às TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação). Hoje, essas ações são assumidas em termos de discurso relativo à "promoção da motivação e da capacidade para o uso das TIC de forma crítica e empreendedora, ... objetivando o desenvolvimento comunitário, a consciência histórica, política e ética" (CDI, 2004, p.10).

Porém, observa-se que o direcionamento político tem se dado no aprofundamento da apropriação da tecnologia como ferramenta de busca e uso da informação com finalidades específicas. Relativo a isso, o Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) tem assumido uma postura de fomento às ações de inclusão social pela construção de competências informacionais direcionadas a públicos específicos. As iniciativas têm contemplado a disponibilização de recursos e acervos digitais: acesso a arquivos abertos, domínio público, bibliotecas virtuais acadêmicas e temáticas. Embora concernentes às recomendações dos especialistas, estas iniciativas atingem apenas a uma camada privilegiada da população, os mais escolarizados, os universitários, acadêmicos e cientistas.

Subjacente às políticas implementadas, desenvolve-se o conceito de cidadania em um nível primário de apropriação, tendo como foco a relação entre sociedade e Estado, considerando os direitos e deveres dos cidadãos. O desenvolvimento da consciência crítica transformadora não se instituiu ainda. As questões de exclusão, risco social e insegurança têm dominado os meios de informação e as ações governamentais, e os cidadãos conseguem apenas externar sua indignação. Em sua publicação anual Radar Social (BRASIL.MPOG, 2006), o Governo Federal expõe essas preocupações. Entretanto, poucas ações têm sido observadas no sentido de promover a construção de uma competência de cidadania voltada à ação reflexiva e crítica com respeito à realidade nacional.

Regras, condutas e valores são concernentes a uma sociedade competitiva, cujo processo comunicacional é conduzido essencialmente pelos meios de comunicação de massa: telenovelas e jornal televisivo, com pouca ou nenhuma reflexão e aprofundamento de temas, o que seria decisivo para o desenvolvimento da consciência nacional.

2.4 Competência informacional para o aprendizado e a educação

Reitera-se a ligação entre competência em informação e aprendizado ao longo da vida. As recomendações em torno das iniciativas e

estudos relativos a este eixo temático se referem prioritariamente ao desenvolvimento de hábitos de investigação e inquirição, tanto nas práticas formais quanto informais de educação, em todos os níveis e idades, nas atividades comunitárias e mesmo no ambiente de trabalho. Para tanto, algumas ações são recomendadas:

- *É preciso preparar educadores e desenvolver profissionais especializados no tema a fim de potencializar o aprendizado.* Para tanto, torna-se necessário desenvolver programas de aprendizado e valorização do tema voltados a professores escolares, educadores, bibliotecários, acadêmicos, e agentes comunitários, entre outros. É preciso também fomentar a mudança de atitude entre estes profissionais, levando-os a desenvolver atividades para seus alunos em torno da competência informacional, criar materiais de apoio e modelos.
- *As decisões na esfera educacional devem ser tomadas com base nas evidências construídas a partir da relação entre competência informacional, metas educacionais e resultados específicos esperados.* Para tanto, torna-se necessário estimular as pesquisas e atividades colaborativas de investigação e estudo a respeito da competência informacional entre entidades supra-nacionais tais como a UNESCO e a IFLA, e entidades nacionais como as agências de fomento à pesquisa e instituições educacionais. Além disso, é preciso encorajar pesquisas de longo prazo de verificação de resultados obtidos a partir da introdução de práticas de aprendizado e educação voltadas à competência informacional.
- *As práticas pedagógicas devem ser ativas e voltadas ao aprendizado participativo.* O cultivo de hábitos de inquirição e investigação, assim como a atualização constante são essenciais ao aprendizado da competência informacional. A adaptação dessas práticas a grupos específicos (mulheres, grupos especiais, comunidades indígenas, prisioneiros e imigrantes) também é importante, assim como o é o cultivo de valores e hábitos que envolvem generosidade, responsabilidade social, compartilhamento e respeito ao outro.
- *Ambientes educacionais devem ser estimulantes.* Aqui se inclui a necessária infra-estrutura (bibliotecas e redes de comunicação e informação), engajamento de lideranças, políticas de apoio, treinamento de gestores para a implementação de iniciativas envolvendo competência informacional e disseminação da cultura da informação.
- *A competência informacional deve ser requisito necessário à educação, com avaliação e atribuição de créditos.* Isso envolve o treinamento de educadores nas técnicas de avaliação de resultados tendo como foco a competência informacional e o desenvolvimento de padrões de avaliação e crédito voltados a resultados, mais do que a programações e processos (HIGH-LEVEL, 2006).

Considerando-se que a competência informacional pressupõe a existência de indivíduos alfabetizados, o Brasil enfrenta o desafio de superar antigos e novos problemas. O analfabetismo ainda atinge milhões. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem, no País, cerca de 16 milhões de analfabetos absolutos, pessoas sem domínio de qualquer habilidade de leitura e escrita (7% da população – dados referentes a 2005). De acordo com o INAF - **Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (2005), o**s alfabetizados em nível rudimentar ainda somam 30% da população brasileira, enquanto que os alfabetizados em nível básico perfazem 38%. Em outras palavras, quase 80% da população brasileira consegue, no máximo, localizar uma informação em um texto curto ou médio (uma carta ou notícia, por exemplo), podendo realizar uma inferência simples e resolver problemas que envolvem uma operação matemática (RIBEIRO, 2006). Ainda de acordo com o INAF (2005), a maioria dos alfabetizados em nível rudimentar e básico não desenvolveu o hábito da leitura de livros (29% e 16% respectivamente) ou só lêem um tipo de livro (42%), geralmente a Bíblia ou livros religiosos. Os leitores estão entre os alfabetizados em nível pleno: 33% costumam ler dois gêneros e 34% três ou mais gêneros de livros, utilizando meios impressos e informatizados (BRASIL.ME., 2006).

O desenvolvimento da competência em informação, em seu sentido mais completo, fica

aparentemente restrito a uma pequena camada privilegiada da sociedade: aqueles considerados alfabetizados plenos, capazes de relacionar informações e interpretar criticamente tanto a informação textual quanto a informação matemática, que somam hoje apenas 26% da população brasileira. Observando que a evolução desses índices tem ficado estável ao longo dos anos de 2003, 2004 e 2005, as perspectivas de melhora rápida desse quadro são remotas.

Tem-se aqui novamente certo descolamento entre as recomendações do grupo de especialistas e a realidade da maioria da população brasileira. O enfoque dado pelos especialistas é factível em sociedades mais homogêneas, cujo patamar educacional permite que práticas ligadas à competência informacional possam ser apropriadas pelos docentes e demais profissionais da informação e disseminadas entre os aprendizes e educandos. No caso do Brasil, existem direcionamentos apropriados dos discursos e de certas políticas educacionais, mas ainda não há o devido rebatimento nas práticas. Além das dificuldades macro, persiste o modelo de educação massificado, tradicional, que tende a reutilizar práticas consolidadas no passado. A inovação educacional é ainda um fenômeno pouco visto e sentido. Entretanto, já existem algumas iniciativas cujas práticas pedagógicas encontram-se voltadas ao Aprendizado Baseado em Problemas (*Problem-Based Learning* - PBL), desenvolvido com base em evidências e inserção dos estudantes nas comunidades.

A educação participativa, voltada à sustentabilidade ambiental, econômica e social tem encontrado adeptos, mas as ações não possuem coordenação e os esforços não têm sido sistêmicos. Mesmo a questão da inclusão escolar necessita real discussão e preparo por parte dos docentes. É fato também que a competência em informação ainda não está integrada aos currículos escolares.

Em termos estruturais, os problemas a serem superados são de muitas ordens: carência de recursos humanos preparados, escolas e bibliotecas insuficientes e inadequadas, saneamento básico precário em algumas regiões. Nos últimos anos, muitas ações educativas que eram extensíveis às comunidades foram descontinuadas: amigos da escola, cidadão legal, etc. Apesar disso, o Plano Nacional do Livro e da Leitura demonstra ser uma alternativa promissora de estímulo ao letramento da população brasileira.

3 Conclusões

A competência em informação já é um movimento mundial. Muitas iniciativas têm sido documentadas. Seu caráter situacional e contextualizado torna-a pertencente e particular a cada sociedade e cultura. Sendo pervasiva a qualquer currículo ou formação, a competência informacional se constrói sobre um trabalho colaborativo que vai muito além dos limites da biblioteca e mesmo das instituições de ensino. Inserida no processo de emancipação humana, a competência informacional é diferencial de desenvolvimento sócio-econômico e fator de promoção da inclusão social. Daí a necessidade de ampliar os estudos e debates sobre o tema. O engajamento dos profissionais da informação é, portanto, essencial. Cabe a eles o desenvolvimento das bases epistemológicas, práticas e políticas próprias, adequadas à realidade nacional.

Com base na análise da realidade brasileira, conclui-se que o contexto considerado e que serviu de base de construção das recomendações dos especialistas diz respeito a uma visão consolidada nos países centrais, plenamente desenvolvidos, cuja realidade é bastante distinta do Brasil.

Do ponto de vista nacional, o que se observa é que a apreensão do conceito, enquanto prática, precisa ser disseminada primariamente entre os profissionais da informação, de modo que, a partir daí, possa atingir as práticas sociais, educacionais e de trabalho. No momento, apenas uma camada privilegiada da população pode ser "atingida" pelas recomendações. As políticas governamentais estão voltadas principalmente para ações de curto prazo e de penetração restrita. A crise institucional vivenciada pela sociedade brasileira pode ser uma oportunidade de introdução de mudanças nos regimes social, educacional, político e informacional no país.

Os Faróis da Sociedade de Informação no Brasil indubitavelmente devem estar voltados à construção de um processo antes de tudo social e complexo, de apropriação, representação e comunicação da informação, voltado à democratização do conhecimento e do aprendizado.

BEACONS OF INFORMATION SOCIETY:
a critical analysis about information literacy situation in Brazil

ABSTRACT *This paper presents and reviews the recommendations done by experts during the specialists meeting held in the city of Alexandria, Egypt, in the end of 2005 and, according to this information, the Brazilian situation is analyzed. Internationalization and institutionalization of information literacy and lifelong learning as essential factors to the development of the nations are also explored. Beacons of the Information Society translate the vision and concepts involved. In Brazil, the actions around information literacy are not a consensus. The challenges to be faced include: to discover forms to foster and to appropriately disseminate national and local knowledge, to advance discussions and deepen the subject, to discover adequate alternatives for disseminating information practices that encompass distinct professional groups and populations, to overcome structural development gaps. As a matter that permeates each and every process of learning, research, development, problem-solving and decision-making, information literacy went beyond the boundaries of librarianship and transformed itself into a world transdiciplinary movement, even under the aegis of different denominations and emphasis.*

Keywords *INFORMATION LITERACY*
INFORMATION SOCIETY - BRAZIL

Artigo recebido em 29.11.2007 e aceito para publicação em 28.02.2008

REFERÊNCIAS

ALA. American Library Association. Presidential Committee on Information Literacy: Final Report. Washington, D.C., 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/ala/acrl/acrlpubs/whitepapers/presidential.htm>. Acesso em: 20 jun. 2007.

_____. **A Progress Report on Information Literacy:** An Update on the American Library Association Presidential Committee on Information Literacy: Final Report. Washington, D.C., 1998. Disponível em: <http://www.ala.org/ala/acrl/acrlpubs/whitepapers/progressreport.htm>. Acesso em: 20 jun. 2007.

ANPEI. Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras. **Como alavancar a inovação tecnológica nas empresas**. São Paulo, 2004.

BISHOP, K. What in the world is happening with information literacy? **Knowledge Quest**, v.31, n.5, p.14-16, May-Jun 2003.

BRASIL. Ministério de Educação. **Programa Alfasol.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.alfabetizacao.org.br/aapas_site/home.asp>. Acesso em: 20 jun. 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Radar social 2006:** principais iniciativas do governo federal. Brasília: MP, 2006. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/spi/radar_social/radar_social_2006.pdf>. Acesso em: 10 set. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários de saúde**. Brasília, DF, 2006a. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cartilha_integra_direitos_2006.pdf>. Acesso em: 10 out. 2007.

_____. **Painel de indicadores do SUS**, ano 1, n.1, agosto de 2006. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/painel_%20indicadores_do_SUS.pdf>. Acesso em: 10 out. 2007.

_____. **Portal da Saúde.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/saude/>. Acesso em: 10 out. 2007.

BUNDY, A. Growing the community of the informed: information literacy - a global issue. **Australian Academic & Research Library**, v.33, n.3, Sept. 2002. Disponível em: <http://archive.

alia.org.au/aarl/33.3/full.text/bundy.html>. Acesso em: 18 jun. 2007.

CALDAS, R.A. Legislação e marcos regulatórios. In: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL DE C,T&I, 3., Brasília, 2005. **Anais...** Brasília: MCT, 2005.

CAPRA, F. **Alfabetização ecológica.** São Paulo: Cultrix, 2007.

CDI. Comitê de **Democratização da Informática.** O que as empresas podem fazer pela inclusão digital. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

DESMOND, S. Literacy for now and the future: working with parents and children. **Language Matters**, v. 35, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.familyliteracyproject.co.za/pdf/LANGV352.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2007.

DUDZIAK, E.A. Information literacy as an emancipatory process directed to social inclusion in a knowledge society. In: IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 72., 2006, Seoul. **Proceedings.** Seoul: IFLA, 2006. Disponível em: <http://www.ifla.org/IV/ifla72/papers/082-Dudziak-en.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2007.

_____. A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>. Acesso em: 2 jul. 2007.

_____. Information literacy and lifelong learning in Latin America: the challenge to build social sustainability. Information Development, London, v.23, n.1, p. 43-47, Feb. 2007a.

_____. Lei de Inovação e Pesquisa Acadêmica: o caso PEA. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007b.

DUDZIAK, E.A.; GABRIEL, M.A.; VILLELA, M.C.O. A educação de usuários de bibliotecas universitárias frente à sociedade de conhecimento e sua inserção nos novos paradigmas educacionais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11, Florianópolis, 2000. SNBU Anais... Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em: <http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t060.doc>. Acesso em 10 set. 2007.

FARÓIS da Sociedade de Informação. Versão em português do documento Beacons of the Information Society, Alexandria, 2005. Disponível em: <http://www.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>. Acesso em: 10 maio 2007.

FROW, J. Evaluation of the family literacy project. **Evaluation**, 2006. Disponível em: <http://www.familyliteracyproject.co.za/pdf/frow_evaluation.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2007.

HORTON Jr., F.W. Public access to government information and information literacy training as basic human rights. White Paper prepared for UNESCO, the U.S. National Commission on Libraries and Information Science, and the National Forum on information literacy, for use at the information literacy Meeting of Experts, 2002, Prague, The Czech Republic. Disponível em: <http://www.nclis.gov/libinter/infolitconf&meet/papers/horton-fullpaper.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2007.

HIGH-LEVEL Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning Final Report. Alexandria: UNESCO/NFIL/IFLA, 2006. Disponível em: <http://www.ifla.org/III/wsis/High-Level-Colloquium.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2006.

LAU, J. **Information literacy:** an international state-of-art report. IFLA/UNESCO, May 2007. Disponível em: <http://www.infolitglobal.info/docs/UNESCO_IL_state_of_the_art_report_-_Draft070510.doc>. Acesso em: 2 jul. 2007.

MSH. Management Sciences for Health. Rural Expansion of Afghanistan´s Community-based Healthcare – REACH Program. Transforming a fragile health system. 2006. Disponível em: <http://www.msh.org/afghanistan/pdf/EOP_Booklet.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2007.

NCLIS. U.S. National Commission on Libraries and Information Science. **Information Literacy Meeting of Experts Final Report**. Prague, The Czech Republic, 2003. Disponível em: <http://www.nclis.gov/libinter/infolitconf&meet/post-infolitconf&meet/FinalReportPrague.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2007.

NIC. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Indicadores 2006.** Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2006/index.htm>. Acesso em: 12 out. 2007.

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. **Desigualdades sociais refletem no acesso aos meios de comunicação.** (por Ana Rita Marini, out. 2007). Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=1651>. Acesso em: 10 out. 2007.

PASADAS UREÑA, C. The International Information Literacy Certificate: a global professional challenge? In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONFERENCE, 69, 2003, Berlin. **Proceedings.** Berlin, 2003. Disponível em: <http://www.ifla.org/IV/ifla69/papers/202e_trans-Pasadas_Urena.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2007.

RADER, H. Information Literacy – an emerging global priority. In: White Paper prepared for UNESCO, the U.S. National Commission on Libraries and Information Science, and the National Forum on information literacy, for use at the information literacy Meeting of Experts, 2002, Prague, The Czech Republic. Disponível em: <http://www.nclis.gov/libinter/infolitconf&meet/papers/rader-fullpaper.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2007.

RIBEIRO, V. M. Analfabetismo e analfabetismo funcional no Brasil. **Reescrevendo a educação**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/2006/pages.php?recid=28>. Acesso em: 10 set. 2007.

UNDP. United Nations Development Program. **Human Development Reports**. 2007. Disponível em: <http://hdr.undp.org/>. Acesso em: 20 jun. 2007.